

**TURISMO RURAL E
AGRICULTURA FAMILIAR
NO OESTE DO PARANÁ:
ESTUDO DO CIRCUITO
SABIÁ, MATELÂNDIA (PR)**

**RURAL TOURISM AND FAMILY FARMING IN WESTERN PARANÁ: A STUDY
OF THE SABIÁ CIRCUIT, MATELÂNDIA (PR)**

Ciências Humanas, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas •

18/06/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/781626269](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/781626269)

Jenelly Maria Richart¹

Paula Renata Stashaki Domingos²

Gabriela Zarnott³

Vinicius Auler Salvadeo⁴

Deviani Pereira de Paz⁵

Samuel Felipe Weirich⁶

Cleiton Rodrigo Hansel⁷

Wilson João Zonin⁸

RESUMO

O artigo analisa a integração entre agricultura familiar e turismo rural como estratégia de desenvolvimento sustentável no interior do Paraná, com base no estudo de caso da propriedade Grassi, integrante do Circuito Sabiá, em Matelândia (PR). O objetivo é compreender como essa articulação contribui para o fortalecimento econômico, sociocultural e ambiental das famílias agricultoras. A pesquisa possui caráter qualitativo e exploratório, fundamentando-se em revisão bibliográfica, observação direta e entrevistas não estruturadas. Os resultados indicam que o turismo rural contribui para a diversificação da renda, a valorização das tradições locais e a preservação ambiental, ao integrar atividades produtivas, hospitalidade e educação ambiental. A experiência analisada evidencia práticas sustentáveis, como a conservação de nascentes e a participação em programas de proteção ambiental, embora ainda existam desafios relacionados à infraestrutura e à capacitação técnica. Conclui-se que a articulação entre turismo rural e agricultura familiar, quando estruturada de forma participativa, constitui uma estratégia relevante de desenvolvimento rural sustentável, promovendo inclusão social, geração de renda e conservação ambiental, além de reforçar o papel das instituições de ensino e da extensão rural na disseminação de práticas inovadoras no meio rural.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Cultura Rural; Desenvolvimento Rural Sustentável; Interdisciplinaridade; Sustentabilidade; Turismo Rural.

ABSTRACT

This article analyzes the integration between family farming and rural tourism as a sustainable development strategy in the interior of Paraná, based on a case study of the Grassi property, part of the

Sabiá Circuit, in Matelândia (PR). The objective is to understand how this articulation contributes to the economic, sociocultural, and environmental strengthening of farming families. The research has a qualitative and exploratory character, based on bibliographic review, direct observation, and unstructured interviews. The results indicate that rural tourism contributes to income diversification, the appreciation of local traditions, and environmental preservation by integrating productive activities, hospitality, and environmental education. The analyzed experience highlights sustainable practices, such as the conservation of springs and participation in environmental protection programs, although challenges related to infrastructure and technical training still exist. It is concluded that the articulation between rural tourism and family farming, when structured in a participatory manner, constitutes a relevant strategy for sustainable rural development, promoting social inclusion, income generation, and environmental conservation, in addition to reinforcing the role of educational institutions and rural extension in the dissemination of innovative practices in rural areas.

Keywords: Family Farming; Rural Culture; Sustainable Rural Development; Interdisciplinarity; Sustainability; Rural Tourism.

1. INTRODUÇÃO

O turismo rural constitui uma alternativa de desenvolvimento para áreas agrícolas, permitindo a diversificação das fontes de renda e a valorização da cultura local. Essa modalidade turística tem ganhado destaque diante das transformações nas dinâmicas urbanas, especialmente pelo crescente interesse de pessoas que buscam vivências mais autênticas, tranquilidade e contato com a natureza, em contraposição à rotina acelerada dos centros urbanos (Tulik, 2004; Fontana, 2010).

Segundo Klein e Fontana (2021), o turismo no espaço rural é um termo amplamente utilizado para designar qualquer atividade turística desenvolvida em áreas rurais. Nesse sentido, a delimitação geográfica entre os espaços urbano e rural pode representar uma dificuldade para o estudo das manifestações do turismo no meio rural. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) define zona urbana como a área interna ao perímetro urbano, caracterizada pela presença de infraestrutura e serviços públicos, como energia elétrica e esgotamento sanitário, enquanto a zona rural corresponde à área externa a esse perímetro.

No Brasil, o turismo rural passou a ser reconhecido como estratégia relevante para o fortalecimento da agricultura familiar, ao articular produção agropecuária, preservação ambiental e hospitalidade. Essa atividade promove a valorização dos saberes locais, a comercialização de produtos agroindustriais e a manutenção de práticas culturais tradicionais (Campanhola; Graziano da Silva, 2000). Segundo o Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR (2016), propriedades que integram o turismo à agricultura apresentam melhores índices de conservação e sustentabilidade, além de desenvolverem experiências turísticas alinhadas à realidade do campo.

Nesse contexto, o turismo rural contribui para o bem-estar das famílias envolvidas na atividade, promovendo o orgulho de sua origem e a conscientização sobre a preservação do local onde vivem. Ao mesmo tempo, atende às expectativas dos turistas que buscam o campo para lazer, interagindo com a comunidade local e participando de atividades típicas dos moradores. O modo de vida simples e acolhedor do homem do campo chama a atenção do visitante, podendo inclusive despertar o desejo de resgatar suas

próprias tradições e origens, além de oferecer um ambiente temporário distante da agitação e da poluição das médias e grandes cidades. Ademais, a vivência no meio rural pode proporcionar conhecimentos que o ambiente urbano não oferece, tornando esse momento de lazer também uma oportunidade de aprendizado (Grabaski et al., (2024).

A relevância do tema também se manifesta nas políticas públicas, como a Lei Estadual nº 15.143/2006, do Paraná, que regulamenta o Turismo Rural na Agricultura Familiar e estabelece diretrizes específicas para sua prática em pequenas propriedades. Conforme a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (Paraná, 2026), essa modalidade de turismo deve fortalecer a agricultura familiar, respeitando os valores culturais, sociais e ambientais das comunidades envolvidas.

Boufleuher et al. (2026) sustentam que a sustentabilidade e a governança ambiental não dependem exclusivamente de dispositivos jurídico-normativos, mas de arranjos colaborativos articulados entre o Estado e a sociedade civil, por meio de mecanismos aplicados aos territórios. Nesse contexto, a transição para modelos sustentáveis de produção e consumo está condicionada à organização local de cadeias de produção e reaproveitamento de recursos, nas quais atores comunitários e institucionais desempenham papel fundamental. Nesse sentido, a atividade turística mostra-se relevante ao promover o protagonismo comunitário, a valorização cultural e a cooperação institucional, elementos essenciais para a consolidação de práticas sustentáveis e para o fortalecimento do desenvolvimento rural.

Desta forma, além dos aspectos econômicos, o turismo rural impulsiona a conservação do meio ambiente, por meio da valorização de práticas sustentáveis e da educação ambiental. A modalidade também estimula a produção orgânica, o consumo consciente e o resgate da identidade rural, ao integrar o visitante à rotina das famílias agricultoras (Cavaco, 2011; Souza, 2019).

Diante dessa conjuntura, este estudo propõe analisar a experiência do Circuito Sabiá, no município de Matelândia – PR, no qual a agricultura familiar é articulada ao turismo rural como estratégia de geração de renda, valorização cultural e promoção da sustentabilidade. Embora o turismo rural tenha apresentado expansão no Brasil, muitos agricultores familiares ainda enfrentam desafios relacionados à infraestrutura, capacitação técnica e gestão dos empreendimentos turísticos, o que pode comprometer a viabilidade econômica e ambiental da atividade. Nesse sentido, esta pesquisa busca compreender tais dificuldades e identificar oportunidades de aprimoramento das práticas adotadas nas propriedades que integram o Circuito Sabiá.

Investigar a relação entre turismo rural e agricultura familiar contribui para o debate sobre o desenvolvimento sustentável em comunidades rurais, uma vez que a compreensão dessas dinâmicas pode subsidiar políticas públicas e estratégias locais voltadas ao fortalecimento da atividade turística, à promoção da inclusão social e à conservação dos recursos naturais. Ao analisar uma experiência concreta, o estudo também oferece subsídios para a possível replicação de práticas bem-sucedidas em contextos semelhantes.

Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo analisar os impactos do turismo rural, articulado à agricultura familiar, no

desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental das comunidades rurais do município de Matelândia – PR, a partir da experiência do Circuito Sabiá. Parte-se da seguinte questão norteadora: de que forma o turismo rural integrado à agricultura familiar contribui para o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais?

A presente investigação fundamenta-se na perspectiva de que o turismo rural, quando planejado de maneira participativa e integrado à realidade das famílias agricultoras, pode representar um caminho viável para o fortalecimento da economia local, a valorização dos territórios e a promoção da sustentabilidade. Para isso, propõe-se uma análise crítica baseada em literatura especializada e na observação empírica, com foco na identificação de contribuições e desafios presentes na experiência estudada.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Extensão Inovadora e Desenvolvimento Rural Sustentável

O Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER), instituído pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, configura-se como um importante instrumento de promoção da extensão inovadora voltada ao desenvolvimento rural sustentável, ao integrar conhecimentos técnicos, científicos e saberes tradicionais. De acordo com suas diretrizes, o programa busca fortalecer a agricultura familiar, melhorar a qualidade de vida no campo, ampliar a geração de renda, incentivar o cooperativismo e promover o uso sustentável dos recursos naturais. Complementarmente, a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

(ANATER), prevista na mesma legislação, reforça a coordenação e a efetividade das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no país (Castro e Pereira, 2017).

Nesse contexto, a universidade constitui-se como espaço de produção e sistematização de métodos e metodologias voltados à investigação científica e à formação acadêmica. Contudo, esse funcionamento pode, por vezes, gerar distanciamentos entre o meio acadêmico e o ecossistema social e natural, especialmente quando adota perspectivas mais estáticas frente ao dinamismo das realidades vivenciadas fora do ambiente universitário. Dessa forma, as atividades de extensão configuram-se como um campo de articulação entre esses universos, no qual a educação popular também se apresenta como uma via de acesso e valorização dos saberes populares no contexto universitário (Zonin et al., 2023; Pereira et al., 2023).

Portanto, a extensão universitária, busca reduzir a distância entre a produção do conhecimento acadêmico e a dinâmica social, promovendo a integração entre saber científico e realidade comunitária. Conforme destacam Zonin et al. (2023), a extensão se concretiza de maneira mais efetiva quando fundamentada no diálogo, na experimentação e na construção coletiva, reconhecendo a complexidade e a transitoriedade dos contextos sociais.

Essa perspectiva reforça que a extensão rural deve ser compreendida como um processo educativo e participativo, que valoriza o protagonismo dos agricultores familiares na construção do conhecimento. Nesse sentido, a inovação na extensão ocorre quando o saber técnico-científico se articula ao saber empírico, promovendo o diálogo de saberes e a corresponsabilidade entre os

atores do meio rural. Tal abordagem converge com os princípios do PRONATER, ao reconhecer que o desenvolvimento rural sustentável depende da integração entre conhecimento, cultura e território (Zonin et al., 2023).

Segundo Zonin et al., (2021), com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a educação passou a ser orientada por princípios de liberdade e solidariedade humana, tendo como finalidade a formação de profissionais qualificados para o trabalho e para o exercício da cidadania. Nesse contexto, a extensão universitária foi concebida como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, que promove a interação transformadora entre a universidade e os demais setores da sociedade.

Por fim, Zonin et al., (2023) destacam o papel fundamental da universidade e das instituições de ATER na formação de profissionais comprometidos com a transformação social e ambiental. Ao propor uma prática extensionista baseada na participação, na troca de experiências e na inovação social, o autor reforça que o desenvolvimento sustentável no meio rural depende da interação contínua entre ciência, prática e território. Essa concepção alinha-se à proposta da disciplina Extensão Inovadora de Desenvolvimento Rural Sustentável, que possibilita a vivência direta em propriedades rurais e a compreensão do turismo rural como resultado da cooperação entre saberes acadêmicos e experiências comunitárias.

Por esse viés, o presente artigo fundamenta-se na vivência e participação no cotidiano de propriedades rurais visitadas no âmbito da extensão universitária, especialmente por meio da disciplina Extensão Inovadora de Desenvolvimento Rural Sustentável. Dessa

forma, busca-se sistematizar, neste estudo, os resultados da articulação entre autores e executores do turismo rural sustentável sob a perspectiva da inovação científica e da integração de saberes.

2.2. Turismo Rural e Seu Impacto Econômico e Social

A atividade turística, enquanto prática social, vem apresentando crescimento constante nas últimas décadas, reflexo das transformações vivenciadas pela sociedade moderna (Strassburger et al., 2020). Nesse contexto, torna-se fundamental compreender as relações entre os diversos atores envolvidos no processo turístico e os impactos gerados sobre a comunidade receptora (Fontana, 2010).

O turismo no espaço rural amplia as possibilidades de renda para agricultores ao agregar valor à produção local, incentivar atividades complementares e contribuir para o aumento da renda familiar (Ministério do Turismo, 2010). O meio rural configura-se como um espaço de múltiplas relações, reunindo agentes públicos, privados, cooperativos e associativos, com o propósito de valorizar as práticas já existentes e explorar os potenciais de cada território (Fontana; Santos; Fontana, 2020).

Trata-se de um conceito amplo, que compreende qualquer atividade turística desenvolvida fora dos centros urbanos. No entanto, distinguir claramente os limites entre o urbano e o rural torna-se um desafio, uma vez que elementos típicos da cidade têm se manifestado progressivamente no campo (Tulik, 2004). O IBGE define zona rural como aquela localizada fora do perímetro urbano e com menor acesso a serviços públicos básicos.

Campanhola e Graziano da Silva (2000) definem o turismo rural como o conjunto de atividades desenvolvidas em áreas rurais, com

base na demanda turística e nas ofertas locais. O aumento da procura por lazer e recreação no campo impulsionou o surgimento de uma oferta turística diversificada, voltada a diferentes públicos e demandas (Zimmer; Grassmann, 2004). A literatura aponta uma variedade de definições para o turismo no espaço rural. Alguns autores consideram os conceitos de agroturismo, ecoturismo, turismo de aventura e turismo de interior como sinônimos, enquanto outros os entendem como modalidades distintas (Campanhola; Graziano, 2000; Tulik, 2004).

Desta forma, visando o objetivo de esclarecer essas definições, a seguir são apresentados os principais conceitos relacionados ao tema. Matias e Sardinha (2008) destacam que as principais características do turismo rural incluem a localização em áreas rurais, a valorização da tradição, a atuação em pequena escala, o atendimento personalizado e a participação dos visitantes nas atividades cotidianas do campo. O turismo no espaço rural abrange diferentes modalidades, entre elas o turismo ecológico, cultural, esportivo, de negócios, de saúde e de aventura. Essas práticas diversificadas permitem ao visitante vivenciar o meio rural de forma integrada, conectando-se com a natureza, com as tradições locais e com atividades fora do ambiente urbano (Graziano; Vilarinho; Dale, 1998).

O turismo rural proporciona ao visitante a oportunidade de conhecer as práticas sociais das famílias do campo, bem como a cultura e os saberes locais. Essa modalidade favorece o contato com as atividades agrícolas e com o patrimônio material rural. Além disso, representa uma alternativa para complementar a renda das famílias, ao mesmo tempo em que valoriza os costumes da população residente. Para que essa prática seja efetiva, é

fundamental que funcione como um complemento às atividades agrícolas, sem descaracterizar a rotina da vida no campo (Fontana, 2005).

O agroturismo caracteriza-se pela realização de atividades turísticas em propriedades rurais familiares, produtivas e ativas. Os visitantes são recebidos para vivenciar o cotidiano da vida no campo, podendo participar de tarefas agrícolas e, em alguns casos, hospedar-se nas propriedades. Essa modalidade incorpora serviços aos produtos e à vivência rural, podendo ocorrer com ou sem a contratação de mão de obra externa à família (Tulik, 2004; Campanhola; Graziano, 2000).

As funções do agroturismo são classificadas em três categorias principais: a função psicossocial, que valoriza o modo de vida rural e possibilita o intercâmbio cultural entre visitantes e comunidade local; a função econômica, que contribui para a diversificação da renda das propriedades e comunidades rurais; e a função espacial e ambiental, que envolve a preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural, por meio da reutilização e valorização de edificações e elementos tradicionais do campo (Souza, 2019).

Nesse sentido, a compreensão do trabalhador rural é fundamental para a análise do turismo rural, uma vez que as atividades turísticas no meio rural estão diretamente vinculadas às formas de organização do trabalho no campo. Nesse sentido, embora a jurisprudência dos tribunais brasileiros apresente divergências quanto à sua definição, a Convenção n.º 141 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário, amplia o conceito ao abranger todas as pessoas que se dedicam a atividades desenvolvidas em áreas rurais, incluindo práticas agrícolas, artesanais e outras atividades conexas, exercidas tanto de

forma assalariada quanto por conta própria, em regimes de parceria, arrendamento ou em pequenas propriedades rurais (Weirich et al., 2026).

Historicamente, a identificação dos trabalhadores rurais tem sido objeto de debates sociológicos e jurídicos, em razão da diversidade de formas de inserção produtiva no campo, abrangendo categorias como empregados, arrendatários, parceiros, peões e pequenos proprietários, frequentemente reunidas sob a denominação geral de trabalhadores rurais. Nesse sentido, compreende-se que essa condição não se define apenas pela relação formal de trabalho, mas principalmente pela atividade rurícola exercida no espaço agrário, o que evidencia a distinção entre as dinâmicas do meio rural e do meio urbano (Weirich et al., (2026).

Essa diferenciação é fundamental para a compreensão do turismo rural, uma vez que essa atividade se estrutura sobre um modo de vida e de produção específicos, nos quais o trabalho familiar, a agricultura e as práticas tradicionais constituem a base da oferta turística, demonstrando que o turismo rural não se restringe ao espaço físico, mas está diretamente relacionado às relações de trabalho, à cultura e à organização social dos trabalhadores rurais, que também atuam como protagonistas na construção das experiências turísticas no meio rural (Weirich et al., 2026).

Independentemente da definição adotada, o planejamento do turismo no espaço rural exige a identificação das características locais, o alinhamento às necessidades socioculturais e ambientais e a criação de produtos turísticos temáticos adaptados ao público-alvo (Fontana, 2005).

2.3. Agricultura Familiar e Suas Relações com o Turismo

O Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF) é uma atividade turística desenvolvida no meio rural, em propriedades de agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, organizando-se para valorizar e compartilhar seu modo de vida, bem como a riqueza cultural e natural existente, oferecendo produtos e serviços de qualidade e buscando o bem-estar dos envolvidos. Trata-se de uma designação que ganhou força juntamente com outras modalidades, como agroturismo, ecoturismo, turismo esportivo e turismo cultural, contribuindo para a valorização dos territórios e dos grupos sociais rurais, além de promover uma crescente abertura e reconhecimento das propriedades rurais inseridas nessas atividades (Grabaski et al., 2024).

Ao considerar o Brasil como um país marcado por uma agricultura familiar altamente diversificada em seus aspectos culturais, sociais e produtivos, observa-se a conformação de práticas de turismo rural com características específicas, adequadas à heterogeneidade do espaço rural brasileiro. Nesse sentido, a integração do turismo rural à agricultura familiar emerge como uma pauta relevante nas agendas institucionais governamentais, refletindo seu reconhecimento como estratégia de desenvolvimento territorial e de fortalecimento das economias locais (Cordeiro; Ferreira; Berwaldt, 2017).

A agricultura familiar tem papel central no contexto do desenvolvimento rural sustentável, sendo responsável por grande parte da produção de alimentos no Brasil e pela preservação de práticas culturais, ambientais e sociais. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), cerca de 70% dos

alimentos que chegam à mesa dos brasileiros são oriundos da agricultura familiar, o que evidencia sua importância econômica e social. Campanhola e Graziano da Silva (2000) definem esse modelo como uma forma de produção baseada na gestão familiar, com uso predominante de mão de obra da própria família e forte vínculo com o território.

Nos últimos anos, a integração entre agricultura familiar e turismo rural tem sido uma estratégia adotada por diversas comunidades como forma de diversificar atividades produtivas e ampliar as fontes de renda. Nesse sentido, destaca-se que “a ideia de pluriatividade, mais precisamente o desenvolvimento do turismo, vem ao encontro dessa necessidade do agricultor em diversificar sua produção para conseguir se manter no campo” (Fontana, 2007). Segundo Tulik (2004), o turismo no espaço rural oferece aos agricultores a possibilidade de transformar seu modo de vida em produto turístico, valorizando as práticas do campo, a gastronomia local, o artesanato e as experiências cotidianas da vida rural. Essa articulação permite não apenas o fortalecimento da economia local, mas também a promoção da cultura e da identidade rural.

O turismo, ao incorporar os saberes e fazeres da agricultura familiar, atua como instrumento de valorização social, ao mesmo tempo em que estimula práticas sustentáveis. Fontana (2010) destaca que o contato direto entre turistas e agricultores favorece o reconhecimento do campo como espaço de vivência e não apenas de produção, contribuindo para a preservação ambiental e o fortalecimento dos laços comunitários.

Cabe destacar que a venda direta de produtos agroindustriais — como queijos, doces, compotas, hortifrutigranjeiros e pratos típicos

— aos visitantes elimina intermediários, agregando valor à produção e reforçando os princípios da economia solidária (Graziano da Silva et al., 1998). A interação entre turismo e agricultura familiar também estimula o cooperativismo, o associativismo e o empreendedorismo rural.

Entretanto, para que essa relação seja sustentável e bem-sucedida, é fundamental que os agricultores recebam apoio técnico e institucional. A ausência de infraestrutura adequada, a baixa capacitação em gestão turística e a falta de políticas públicas específicas podem comprometer a qualidade da experiência oferecida ao visitante e sobrecarregar as famílias envolvidas. Como afirma Souza (2019), a profissionalização do turismo no meio rural é essencial para garantir sua continuidade e seus benefícios.

Em um estudo recente, Richart et al. (2026) destacam contribuições relevantes para o avanço das discussões sobre desenvolvimento rural sustentável e empreendedorismo feminino, ao evidenciar a importância da atuação das mulheres na gestão das propriedades familiares. Além disso, o estudo reforça a necessidade de incorporar a perspectiva de gênero nas estratégias de desenvolvimento rural, reconhecendo que a valorização do trabalho e do protagonismo feminino constitui elemento essencial para a construção de uma agricultura familiar mais inclusiva, resiliente e sustentável.

Nesse contexto, tais contribuições dialogam diretamente com o turismo rural, uma vez que muitas propriedades que desenvolvem atividades turísticas no meio rural são conduzidas ou fortemente apoiadas por mulheres. O turismo rural, ao diversificar as atividades produtivas e ampliar as possibilidades de renda, fortalece o protagonismo feminino na gestão, na hospitalidade, na produção de

alimentos e na mediação cultural com os visitantes. Dessa forma, a atividade turística contribui não apenas para a dinamização econômica das propriedades, mas também para o reconhecimento social do trabalho feminino e para o fortalecimento de processos de desenvolvimento rural mais equitativos e sustentáveis.

Portanto, a integração entre turismo e agricultura familiar não deve ser vista apenas como fonte alternativa de renda, mas como uma prática estratégica que promove inclusão, identidade, valorização cultural e desenvolvimento sustentável. Com o apoio adequado, essa parceria pode transformar comunidades, empoderar famílias e fortalecer o campo como espaço de produção, memória e convivência.

2.4. Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Rurais

O desenvolvimento sustentável é um processo voltado à melhoria da qualidade de vida, respeitando os limites dos ecossistemas. Para que isso ocorra, é necessário estabelecer equilíbrio entre o ser humano e a natureza, além de promover relações solidárias entre os indivíduos. O desenvolvimento deve mobilizar as comunidades em torno de objetivos coletivos, fortalecendo o senso de pertencimento e cooperação (Santos, 2001).

Nos espaços rurais, essa perspectiva tem impulsionado a diversificação das atividades econômicas, superando a centralidade da agricultura. Deste modo, temos que dentre as principais estratégias voltadas para a configuração de novas paisagens rurais, o turismo vem se despontando como um forte contributo para o desenvolvimento rural sustentável (Fontana; Santos; Fontana, 2020, p. 261). Essa nova configuração valoriza o rural como sinônimo de

bem-estar e qualidade de vida (Wandscheer; Teixeira, 2010). O desenvolvimento sustentável, nesse contexto, resulta da articulação entre crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental (Santos, 2001).

A agricultura familiar, inserida nesse processo, baseia-se na gestão coletiva da produção e na economia solidária, associando inovação tecnológica à valorização dos saberes tradicionais (Santos, 2001). A partir dos anos 2000, ampliou-se a atenção a estratégias de desenvolvimento local, com protagonismo das populações rurais nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural (Cavaco, 2011).

Nesse contexto, para que ocorra o desenvolvimento sustentável, é necessária a existência de harmonia e racionalidade nas relações entre ser humano e natureza, bem como entre os próprios indivíduos. As ações de desenvolvimento devem promover a solidariedade e a mobilização em torno de objetivos comuns entre as comunidades e os sujeitos envolvidos. Diante dessa realidade, a dinâmica contemporânea dos espaços rurais tem evidenciado o surgimento de atividades que nem sempre estão estritamente voltadas à agricultura, sendo que os reflexos dessa nova configuração estão relacionados a novas visões sobre o meio rural, o qual passa a ser associado à qualidade de vida e ao bem-estar (Klein e Fontana, 2021).

3. METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa e exploratória, buscando aprofundar a compreensão sobre a integração entre agricultura familiar e turismo rural como estratégia de desenvolvimento sustentável. O foco reside na análise de como essa

articulação contribui para o fortalecimento econômico, sociocultural e ambiental das famílias agricultoras, tendo como base o estudo de caso da Propriedade Grassi, integrante do Circuito Sabiá, em Matelândia (PR). A escolha por essa abordagem metodológica justifica-se pela necessidade de explorar fenômenos complexos em seu contexto natural, capturando a riqueza de significados e percepções dos atores envolvidos.

A pesquisa configura-se como um estudo de caso, modalidade amplamente reconhecida por sua capacidade de investigar um fenômeno contemporâneo em seu contexto real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos. A Propriedade Grassi, inserida no Circuito Sabiá, em Matelândia (PR), foi selecionada como unidade de análise por representar um exemplo concreto da integração entre agricultura familiar e turismo rural na região, permitindo uma investigação aprofundada de suas particularidades e dinâmicas. A figura a seguir apresenta o mapa do Circuito Sabiá e a fachada da propriedade.

Figura 1 – Mapa do Circuito Sabiá



Fonte: Adaptado pelos Autores (2026) de Paraná (2024).

A delimitação espacial das iniciativas de turismo rural é fundamental para a compreensão de sua organização territorial e de sua inserção no contexto regional. Nesse sentido, a Figura 2 representa a localização do Circuito Sabiá na região Oeste do Paraná, permitindo visualizar sua distribuição geográfica e sua relação com os municípios que o integram. Essa representação contribui para a compreensão da dinâmica do circuito, evidenciando sua inserção em um território marcado pela agricultura familiar e por iniciativas de desenvolvimento rural sustentável.

Figura 2 – Localização do Circuito Sabiá na Região Oeste do Paraná



Fonte: Cordeiro; Ferreira; Berwaldt, (2017).

As figuras acima apresentam o mapa e a localização do Circuito Sabiá, bem como a fachada da propriedade da família Grassi. A imagem da fachada evidencia uma construção artesanal, refletindo o cuidado, a identidade cultural e o vínculo com as tradições locais. A arquitetura rústica e acolhedora transmite aos visitantes a autenticidade do ambiente rural, reforçando o compromisso da família com a valorização do território e com o turismo de base comunitária.

Figura 3 – Família Grassi e Pousada Bozio



Fonte: Disponibilizado pelos Autores (2025).

Complementando o caráter exploratório deste estudo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica que, conforme Lakatos e Marconi (2010), contribui para a construção de uma compreensão mais precisa sobre determinado tema, além de possibilitar o acompanhamento da evolução do conhecimento na área. A fundamentação teórica foi baseada em produções científicas, como artigos, dissertações e teses nacionais. Além da revisão bibliográfica, realizou-se uma visita técnica ao local de estudo, em abril de 2025, com o objetivo de efetuar observação direta e entrevista não estruturada com os proprietários. Para o registro das informações, foram utilizados equipamentos de áudio e fotografia.

O Circuito Sabiá é reconhecido por reunir diversas propriedades rurais, sendo que cada uma delas oferece uma experiência e serviços distintos aos visitantes. A propriedade visitada disponibiliza serviços de alimentação, como café da manhã, almoço e jantar — com a tradição italiana presente em todas as refeições —, atendendo grupos de pequeno porte e oferecendo, inclusive, opções de hospedagem.

A propriedade integra o grupo dos municípios lindeiros e participa do programa Cultivando Água Boa, iniciativa da Itaipu Binacional iniciada em 2003, cujo objetivo geral é promover a “preservação da vegetação dos afluentes do lago de Itaipu e a conservação das Áreas de Preservação Permanente” (Chaves et al., 2012). Além disso, a propriedade desenvolve ações voltadas à preservação de nascentes e à conservação ambiental da região, bem como participa de programas de educação ambiental e desenvolvimento sustentável.

Figura 4 – Preservação do Meio Ambiente



Fonte: Disponibilizado pelos Autores (2025).

Neste estudo, foi utilizada uma metodologia combinada, envolvendo visita in loco, entrevistas com os proprietários e observação do espaço, além da análise de estudos relacionados ao tema. A revisão bibliográfica constituiu a etapa inicial da pesquisa, com o objetivo de fundamentar teoricamente o estudo e identificar conceitos-chave relacionados à agricultura familiar, turismo rural e desenvolvimento sustentável. Foram consultadas obras de autores clássicos e

contemporâneos da área, bem como artigos científicos e teses que abordam a temática em contextos semelhantes.

A observação direta foi empregada para compreender as dinâmicas cotidianas da Propriedade Grassi e do Circuito Sabiá. Esta técnica permitiu o registro de aspectos visuais, interações sociais, práticas de trabalho e a infraestrutura existente, fornecendo um panorama contextualizado das atividades desenvolvidas. A observação foi assistemática, focando na apreensão dos elementos relevantes que emergiam do campo, sem um roteiro pré-estabelecido rígido.

As entrevistas não estruturadas foram conduzidas com os membros da família agricultora da Propriedade Grassi e outros atores relevantes do Circuito Sabiá. Essa modalidade de entrevista, caracterizada por sua flexibilidade, permitiu que os participantes expressassem livremente suas percepções, experiências e opiniões sobre a integração entre agricultura familiar e turismo rural. O roteiro das entrevistas foi adaptado conforme o fluxo da conversa, buscando aprofundar os temas que se mostravam mais pertinentes ao objetivo da pesquisa.

Os dados coletados por meio das entrevistas e observações foram submetidos à análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2011). Este método envolve a organização, categorização e interpretação dos dados textuais e observacionais, buscando identificar padrões, temas recorrentes e significados subjacentes que emergem do material empírico. A triangulação dos dados provenientes das diferentes técnicas de coleta contribuiu para a robustez da análise e a validade dos resultados.

Todos os participantes da pesquisa foram informados sobre os objetivos do estudo e a garantia de anonimato e confidencialidade de suas informações. A participação foi voluntária, e o consentimento livre e esclarecido foi obtido antes da realização das entrevistas, seguindo os preceitos éticos da pesquisa científica.

3.1. Análise Documental e de Imagens

A análise documental e de imagens teve como objetivo complementar a compreensão qualitativa acerca da integração entre agricultura familiar e turismo rural nas propriedades que compõem o Circuito Sabiá, com ênfase na experiência da família Grassi, localizada no município de Matelândia (PR). Foram examinados documentos institucionais, materiais informativos, registros audiovisuais e fotografias produzidos durante a visita técnica realizada em abril de 2025. Esses materiais permitiram identificar elementos simbólicos, culturais e ambientais que expressam a identidade local e as práticas de sustentabilidade adotadas pelos agricultores.

A análise documental baseou-se nos procedimentos descritos por Flick (2009) e Bauer e Gaskell (2015), priorizando a interpretação qualitativa de conteúdos presentes em cartilhas, relatórios, folders e anotações de campo. Essa abordagem possibilitou estabelecer relações entre os discursos institucionais e as práticas observadas, evidenciando o grau de coerência entre as diretrizes do turismo rural sustentável e sua aplicação concreta no território.

A análise de imagens foi conduzida a partir da perspectiva da análise de conteúdo visual, conforme as etapas propostas por Bardin (2011), envolvendo pré-análise, exploração do material e tratamento

dos resultados. As fotografias e registros audiovisuais foram organizados em categorias temáticas associadas aos eixos de sustentabilidade ambiental, valorização cultural e diversificação produtiva.

Essa etapa metodológica contribuiu para uma leitura mais aprofundada dos aspectos simbólicos e materiais da experiência estudada, permitindo compreender como o espaço físico, os elementos estéticos e as representações visuais reforçam os valores de pertencimento, tradição e sustentabilidade que caracterizam o turismo rural de base familiar. A triangulação entre dados visuais, documentais e entrevistas reforçou a consistência interpretativa e a validade interna da pesquisa, conforme recomendações de Flick (2009) para estudos qualitativos.

3.2. Análise de Conteúdo

A análise dos dados qualitativos coletados foi conduzida conforme os pressupostos metodológicos de Bardin (2011), que propõe a organização do material empírico em categorias temáticas previamente definidas com base no objetivo da pesquisa. Esse processo analítico possibilitou a interpretação crítica das entrevistas e das observações realizadas durante a visita técnica à propriedade Grassi, integrante do Circuito Sabiá.

A tabela a seguir apresenta as categorias de análise utilizadas neste estudo, elaboradas a partir dos dados qualitativos coletados em campo e fundamentadas nos pressupostos metodológicos de Bardin (2011). Essas categorias permitem sistematizar e interpretar os principais aspectos relacionados à experiência investigada no contexto do Circuito Sabiá.

Tabela 1 – Eixos analisados:

Categoria de análise	Descrição
Impacto econômico do turismo rural	Abrange os efeitos positivos sobre a renda familiar e a valorização dos produtos e serviços locais.
Sustentabilidade ambiental	Contempla as ações voltadas à preservação dos recursos naturais, especialmente no contexto da participação em programas como o “Cultivando Água Boa”.
Percepção dos agricultores quanto à atividade turística	Explora as motivações, expectativas e desafios expressos pelos proprietários entrevistados.
Obstáculos à implementação do turismo rural	Inclui questões relacionadas à infraestrutura, capacitação e suporte institucional.

Fonte: Elaborada pelos Autores (2026).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados serão discutidos com base nos dados coletados e analisados, evidenciando como o turismo rural tem influenciado o desenvolvimento das comunidades rurais e quais são os principais desafios enfrentados pelos agricultores. A visita técnica à propriedade Grassi evidenciou práticas consolidadas de integração entre agricultura familiar e turismo rural. A observação direta, aliada às entrevistas com os proprietários, revelou contribuições significativas para o desenvolvimento local.

Figura 5 e 6 – Entrevista com gestores da propriedade Grassi e Neca



Fonte: Imagens disponibilizadas pelos Autores (2026).

As figuras acima registram a entrevista realizada com o proprietário e fundador da Grassi, que compartilhou com a turma sua trajetória, vivências e experiências à frente da propriedade. Durante o encontro, destacou o amor, a dedicação e o empenho com que conduz seu trabalho, revelando o profundo vínculo construído ao longo dos anos com a atividade rural.

Do ponto de vista econômico, a oferta de serviços de alimentação e hospedagem tem promovido a diversificação da renda da família. A manutenção da produção agrícola, combinada com o atendimento aos visitantes, permite que a propriedade funcione como uma unidade multifuncional, sem descaracterizar o modo de vida rural (Campanhola; Graziano da Silva, 2000). Isso reforça a percepção de que “o espaço rural é muito mais do que um fornecedor de matérias-primas. [...] é um espaço multifuncional” (Fontana, 2014).

A seguir, são apresentadas as figuras que ilustram o café da manhã e o jantar preparados e servidos pela família, representando aspectos do cotidiano e da culinária local.

Figura 7 e 8 – Café da manhã e jantar servidos pela família.



Fonte: Imagens disponibilizadas pelos Autores (2026).

As figuras acima evidenciam a culinária local, representada por um café da manhã composto por produtos naturais, integralmente produzidos na propriedade. Observa-se a diversidade de frutas cultivadas e colhidas no local, refletindo o cuidado com a produção artesanal e o vínculo da família com a terra. A mesa apresenta ainda variedade de salgados, doces e o tradicional salame artesanal, expressando a valorização dos saberes e sabores regionais.

Em seguida, apresenta-se o jantar, caracterizado por pratos típicos da região, como sopa de anholini, tortelli, carne assada e diversos acompanhamentos, além de saladas frescas como alface, repolho, cenoura, beterraba e pepino, todas produzidas na própria propriedade. Também foram servidas bebidas como suco natural de maracujá, limão e vinho, reafirmando a relação entre produção familiar, tradição gastronômica e sustentabilidade.

Fontana (2010) destaca que o turismo rural tem capacidade de dinamizar economias locais e promover a valorização do território, sobretudo quando desenvolvido de forma alinhada à realidade e às potencialidades da comunidade anfitriã. Essa visão se materializa na experiência da propriedade Grassi, que equilibra atividade agrícola e hospitalidade, ofertando produtos caseiros e vivências autênticas aos visitantes, sem descaracterizar o modo de vida familiar.

As figuras 9 e 10 ilustram os produtos caseiros da propriedade Grassi, refletindo a tradição familiar e o aproveitamento de recursos locais.

Figura 9 e 10 – Produtos caseiros ofertados na propriedade Grassi.



Fonte: Imagens disponibilizadas pelos Autores (2026).

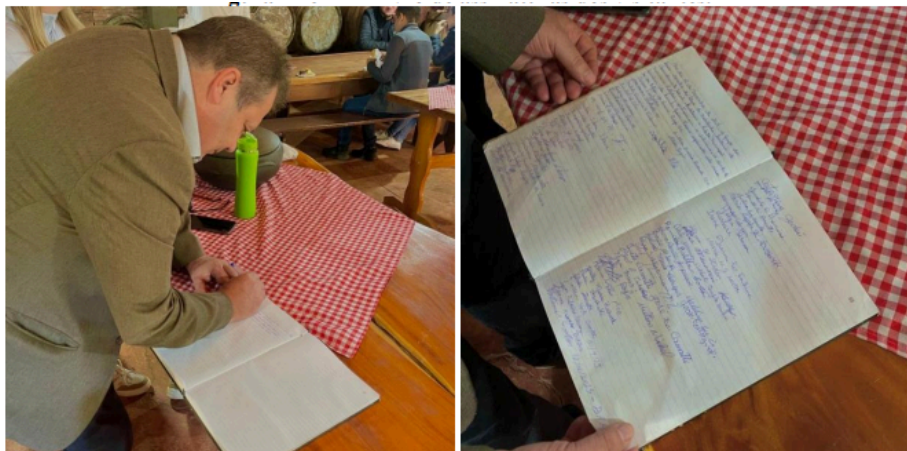
As figuras acima apresentam produtos caseiros oferecidos pela família Grassi, como conservas de vegetais preparados artesanalmente na propriedade. Esses produtos representam não apenas a valorização do saber-fazer tradicional, mas também constituem uma fonte de renda complementar para a família. Além disso, agregam valor à experiência do turismo rural, ao permitir que os visitantes conheçam e consumam alimentos produzidos localmente, reforçando a conexão com a cultura, os sabores regionais e a sustentabilidade da agricultura familiar.

Tulik (2004) complementa essa análise ao afirmar que o agroturismo é uma modalidade que depende da permanência da agricultura ativa, pois é justamente a vivência rural — e não a simulação dela — que atrai os visitantes em busca de autenticidade. A propriedade analisada se enquadra nesse modelo, pois mantém sua produção agrícola em funcionamento, ao mesmo tempo em que oferece alimentação típica e hospedagem. Isso confirma a afirmação de Campanhola e Graziano da Silva (2000), para quem o turismo deve

atuar como atividade complementar, nunca substitutiva da agricultura.

Nas figuras abaixo, observa-se o livro de assinaturas dos visitantes da propriedade Grassi. Esse registro representa um valioso testemunho das pessoas que passam pelo local e vivenciam a experiência do turismo rural. Mais do que uma simples lista de nomes, ele simboliza a troca de vivências, o acolhimento e o impacto positivo que a propriedade exerce sobre os visitantes. Os comentários deixados expressam gratidão, admiração e afeto, fortalecendo o vínculo entre anfitriões e turistas e servindo também como memória afetiva e registro da importância da atividade turística no meio rural.

Figura 11 e 12 – Livro de assinaturas dos visitantes.



Fonte: Imagens disponibilizadas pelos Autores (2026).

No entanto, como apontam Souza (2019) e Santos (2001), o turismo rural também pode apresentar riscos. Quando não há planejamento adequado, capacitação técnica e apoio de políticas públicas, os agricultores podem sofrer sobrecarga, desgaste e até desvio da função original de suas propriedades. Durante a visita técnica, foi possível perceber que os proprietários enfrentam limitações de infraestrutura e dificuldades para ampliar seus serviços sem perder a essência da vivência rural.

De forma institucional, o Ministério do Turismo (2010) e a Embratur (2016) reconhecem o turismo rural como eixo estratégico para o desenvolvimento sustentável, destacando a necessidade de articulação entre os diferentes atores — Estado, agricultores e setor privado — para garantir que a atividade não apenas gere renda, mas também promova inclusão, sustentabilidade ambiental e valorização cultural.

Santos (2001) reforça que o desenvolvimento sustentável nas comunidades rurais deve ser pensado a partir do equilíbrio entre crescimento econômico, justiça social e conservação ambiental. Nesse contexto, o turismo se torna um vetor de mobilização coletiva, fortalecimento do senso de pertencimento e resistência ao êxodo rural.

No aspecto sociocultural, a valorização da tradição italiana nas refeições e no acolhimento demonstra o fortalecimento da identidade cultural local, elemento essencial para a autenticidade da experiência turística (Tulik, 2004; Fontana, 2010). Em relação à sustentabilidade ambiental, destacam-se ações como o cuidado com as nascentes e a participação em programas de educação ambiental, evidenciando o compromisso da família com a conservação dos recursos naturais (Embratur, 2016). A seguir, são apresentadas as figuras referentes à visita à nascente preservada na propriedade, local que marca o início da trajetória familiar e produtiva.

Figura 13 e 14 – Rios locais e o Programa “Cultivando Água Boa”



Fonte: Imagens disponibilizadas pelos Autores (2026).

Nas imagens acima, observa-se a visita ao rio localizado na propriedade da família Grassi, o qual integra as ações do programa “Cultivando Água Boa”, desenvolvido pela Itaipu Binacional. Durante a visita, o senhor Grassi compartilhou com o grupo sua trajetória e a iniciativa conjunta com a Itaipu na recuperação da nascente, destacando os esforços voltados à preservação ambiental, à conscientização da comunidade local e ao envolvimento coletivo na manutenção da qualidade da água.

O relato evidencia a importância da responsabilidade compartilhada na proteção dos recursos hídricos, demonstrando como ações contínuas e de baixo impacto podem produzir efeitos significativos para a sustentabilidade da propriedade e para o bem-estar das futuras gerações. Nesse sentido, a experiência analisada reforça o potencial do turismo rural como instrumento de educação ambiental e de valorização de práticas sustentáveis no campo. Tais experiências locais, como a vivenciada na propriedade Grassi, constituem-se em referências relevantes para estudos sobre desenvolvimento rural sustentável (Zonin et al., 2023).

Essa articulação com programas territoriais mais amplos é fundamental, uma vez que iniciativas como o “Cultivando Água Boa” são reconhecidas por evidenciarem, por meio da gestão da água, a

“capacidade humana de criar uma biocivilização e uma Terra da Boa Esperança a partir da água” (Boff, 2012; Zonin et al., 2023). Trata-se, portanto, de uma abordagem que integra dimensões ambientais, sociais e educativas no contexto do desenvolvimento territorial.

Entretanto, a análise empírica também identificou desafios estruturais. A propriedade apresenta limitações de infraestrutura e carência de apoio técnico, fatores que restringem a ampliação dos serviços turísticos e podem impactar a qualidade da experiência oferecida. Soma-se a isso a insuficiência de políticas públicas integradas, o que constitui um entrave ao fortalecimento e à consolidação da atividade (Souza, 2019).

Esses achados estão em consonância com a literatura, a qual aponta que o turismo rural se configura como uma estratégia viável de desenvolvimento sustentável, desde que articulado a políticas públicas consistentes e a processos de capacitação técnica e gestão (Ministério do Turismo, 2010; Santos, 2001).

As figuras 14 e 15 registram a visita técnica realizada pela turma do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável à propriedade Grassi, nos dias 10 e 11 de abril de 2025.

Figura 14 e 15 – Alunos e professor do PPGDRS na propriedade da Família Grassi.



Fonte: Imagens disponibilizadas pelos Autores (2026).

Essa vivência de campo reforça a relevância da aproximação entre universidade e comunidade, destacando o papel do ambiente acadêmico como espaço fundamental para a preservação, aplicação e socialização de métodos e metodologias voltados à pesquisa e à produção de conhecimento. Essa articulação entre universidade e realidade local está alinhada à perspectiva da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a qual se apresenta como elemento central na formação acadêmica. Nesse sentido, a aproximação da universidade com contextos territoriais, programas de desenvolvimento e agricultores familiares é essencial para a construção de conhecimentos comprometidos com o desenvolvimento rural sustentável (Zonin et al., 2023).

Essas experiências de campo representam, portanto, oportunidades relevantes para o repensar das práticas acadêmicas, fortalecendo a integração entre teoria e prática e reafirmando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, contribuem para a promoção de uma ciência mais integrada, participativa e comprometida com processos de transformação social. Dessa forma, a partir da articulação entre evidências empíricas e referenciais teóricos, conclui-se que o turismo rural, quando integrado à agricultura familiar de maneira planejada, participativa e com suporte institucional adequado, constitui um instrumento relevante

de desenvolvimento sustentável, contribuindo para a preservação de saberes, geração de renda, permanência das famílias no campo e fortalecimento das conexões entre sociedade e meio rural.

No que se refere ao turismo rural no contexto do Circuito Sabiá, Klein e Fontana (2021) apontam que essa atividade se configura como uma alternativa para a permanência das famílias no campo, ao possibilitar uma nova fonte de incremento de renda. Em pesquisas anteriores, os resultados evidenciam que o Circuito Sabiá se enquadra na categoria de turismo rural, podendo ser compreendido também como agroturismo, uma vez que atende a diversas características identificadas na revisão bibliográfica, conforme apresentado na seção de resultados.

Para Klein e Fontana (2021), o Circuito Sabiá apresenta potencial para o desenvolvimento do agroturismo, considerando que as famílias envolvidas demonstram interesse e incentivo para a realização dessa atividade. Contudo, identifica-se a necessidade de maior planejamento e organização, com vistas a delimitar com maior clareza as funções da modalidade de agroturismo, promovendo maior alinhamento entre as práticas desenvolvidas e possibilitando a construção de uma identidade própria para o Circuito.

Nesse sentido, Cordeiro, Ferreira e Berwaldt (2017) destacam que o turismo rural na propriedade da família Grassi contempla uma dimensão antropológica, uma vez que possibilita aos visitantes vivenciarem aspectos do cotidiano da vida no campo, seja por meio do contato com a natureza, seja pela alimentação preparada com produtos locais, estabelecendo uma relação diferenciada entre produtor e consumidor a partir de uma interação mais próxima e direta. Dessa forma, a visita no contexto do turismo rural

extrapola as dimensões estritamente econômicas, assumindo uma lógica também simbólica, pautada na valorização dos saberes locais e das práticas culturais. Outro aspecto relevante evidenciado pelos autores é que a propriedade ultrapassa a função exclusivamente turística, constituindo-se também como espaço de educação ambiental, ao proporcionar aos visitantes experiências de aprendizado relacionadas à preservação da natureza e à compreensão das dinâmicas do meio rural.

No mesmo sentido, Grabaski et al. (2024) destacam que o turismo rural possui elevado potencial para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, ao proporcionar ao agricultor familiar a valorização de seu modo de vida e de sua cultura, além de atuar como importante difusor da preservação ambiental, a partir da integração entre homem, natureza e atividade agrícola.

No caso do Circuito Sabiá, desde sua origem, o turismo foi concebido como uma atividade econômica secundária, sendo possível observar que o principal retorno para os agricultores está associado à valorização do modo de vida rural e à preservação ambiental. Tanto na família Grassi quanto na família Bozio, percebe-se que a tradição de origem étnica, associada ao vínculo com a terra e ao estilo de vida construído no campo, assume maior relevância do que os possíveis ganhos financeiros decorrentes da atividade turística. Nesse contexto, tais elementos configuram-se como o verdadeiro “atrativo turístico” observado *in loco*, evidenciando o significativo potencial turístico da experiência analisada (Grabaski et al., 2024).

Para que esse potencial seja plenamente desenvolvido, torna-se necessária a implementação de políticas públicas voltadas ao

turismo sustentável na região, com foco na capacitação dos agricultores e no fortalecimento do desenvolvimento econômico e social sustentável. Aspectos como melhorias na infraestrutura de acesso, nos meios de comunicação e na capacitação profissional voltada à hospitalidade mostram-se fundamentais. Dessa forma, o turismo rural da agricultura familiar não se limita a uma atividade econômica, mas constitui-se como importante instrumento de difusão cultural, preservação ambiental e valorização das tradições do homem do campo, conforme evidenciado nas famílias analisadas.

5. CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo contribuiu para a compreensão dos impactos do turismo rural no desenvolvimento sustentável, ao evidenciar seu potencial e propor reflexões voltadas ao aprimoramento dessa atividade e ao fortalecimento das relações entre turismo e agricultura familiar. A pesquisa permitiu identificar que o turismo rural, quando articulado à agricultura familiar, apresenta expressivo potencial para fomentar o desenvolvimento sustentável em comunidades rurais. A experiência da propriedade Grassi, integrante do Circuito Sabiá, demonstra que essa integração pode gerar benefícios econômicos, valorizar práticas culturais e incentivar a conservação ambiental.

A permanência das famílias no campo, a geração de renda alternativa e o resgate da identidade rural configuram-se como aspectos positivos observados no estudo. Contudo, para que essa estratégia se consolide como política de desenvolvimento rural, torna-se indispensável o fortalecimento da infraestrutura local, a ampliação de ações de capacitação técnica e a formulação de políticas públicas intersetoriais.

Conclui-se, portanto, que o turismo rural deve ser compreendido como uma atividade complementar à produção agrícola, respeitando as especificidades socioculturais das famílias rurais e contribuindo para a multifuncionalidade do espaço rural. Com o suporte institucional adequado, essa prática tem potencial para se consolidar como um instrumento estratégico de inclusão social, valorização territorial e promoção da sustentabilidade nas relações entre turismo e agricultura familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BOUFLEUHER, Davi José Nicaretta; WEIRICH, Samuel Felipe; KOSLOSKI, André; HANSEL, Tiago Fernando; ZONIN, Wilson João; SIGNOR, Altevir; AHLERT, Alвори. ARRANJOS LOCAIS DE GOVERNANÇA E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: O CASO DE UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE. **Veredas do Direito**, [S. l.], v. 23, n. 9, p. e236768, 2026. DOI: 10.18623/rvd.v23.6768. Disponível em: <https://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/6768>. Acesso em: 10 jun. 2026.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo Rural: orientações básicas**. 2. ed. Brasília, Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR. Manual Operacional do Turismo Rural. Brasília: EMBRATUR, 2016.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO da Silva, J. O Agroturismo como Nova Fonte de Renda para o Pequeno Agricultor Brasileiro. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Org). **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. São Paulo: Ed. Edusc, 2000.

CAVACO, C. Turismo Rural Comunitário (TRC) e desenvolvimento local na América Latina – um olhar europeu. In: SOUZA, M.; ELESBÃO, I. Turismo Rural: iniciativas e inovações. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2011, p.143-213.

CASTRO, C. N.; PEREIRA, C. N. Agricultura Familiar, Assistência Técnica e Extensão Rural e a Política Nacional de Ater. Brasília: IPEA, 2017. (Texto para Discussão, nº 2343).

CHAVES, T. A.; CARVALHO JÚNIOR, O. A. de; GOMES, R. A. T.; GUIMARÃES, R. F. Influência do Projeto Cultivando Água Boa na preservação da vegetação no município de Itaipulândia-PR. **Espaço & Geografia**, v. 15, n. 1, p. 149-172, 2012.

CORDEIRO, Eder; FERREIRA, Rafael Lucas Alves; BERWALDT, Jean Carlos. Turismo rural integrado a agricultura familiar: Análise interdisciplinar da experiência do Circuito Sabiá em Matelândia – PR. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, [S. l.], v. 3, n. 3, 2017. DOI: [10.23899/relacult.v3i3.608](https://doi.org/10.23899/relacult.v3i3.608).

Disponível

em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/608>.

Acesso em: 11 jun. 2026.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONTANA, R. F. **Desenvolvimento do turismo rural no norte do Paraná**: estudo de caso da fazenda Ubatuba/Apucarana/PR. São Paulo, 2005. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade), Universidade Anhembi-Morumbi, 2005.

FONTANA, R. F. Inovação no Planejamento do Turismo e da Hospitalidade no Espaço Rural. In: Santos, E. O.; Souza, M. (Orgs.). **Teoria e Prática do Turismo no Espaço Rural**. Barueri, SP: Manole, 2010, p. 259-273.

FONTANA, R. F.; SANTOS, J. C, V.; FONTANA, A. C. Hotel fazenda enquanto contributo para o desenvolvimento rural sustentável: um ensaio teórico. **Turydes – Revista Turismo y Desarrollo Local**, v. 13, n. 28, p. 251-264, 2020.

GRABASKI, C. N.; FACHINELLO, M.; LOPES, T. H.; SANTOS, J. A. G. dos; ROSA, D. G. da; ZONIN, W. J. O TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR COMO PROMOTOR DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – O CASO DO CIRCUITO SABIÁ. **Revista Contemporânea**, [S. l.], v. 4, n. 7, p. e5045 , 2024. DOI: 10.56083/RCV4N7-086. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/5045>. Acesso em: 11 jun. 2026.

GRAZIANO DA SILVA, J; VILARINHO, C.; DALE, P. J. **Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil**. Caderno CRH, Salvador, n 28, p. 113 155, jun. 1998.

KLEIN, Luciana Cristina; FONTANA, Rosislene de Fátima. Tipologias de Turismo Rural no Circuito Sabiá, Matelândia, Paraná. **Turismo e Sociedade**, [S. l.], v. 14, n. 1, 2021. DOI: 10.5380/ts.v14i1.77979. Disponível

em: <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/77979>. Acesso em: 11 jun. 2026.

MATIAS, A.; SARDINHA, R. **Avanços em Economia e Gestão do Turismo**. Lisboa: Coleção Sociedade e Organizações 48, 2008.

PARANÁ. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. Curitiba: SEAB, 2026. Disponível em: <https://www.agricultura.pr.gov.br/>. Acesso em: 11 jun. 2026.

PARANÁ. Secretaria do Esporte. **Mapa do Circuito Sabiá: Programa Pedala Paraná**. Curitiba: Secretaria do Esporte, 2024. Disponível em: https://www.esporte.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2024-01/Mapa%20Circuito%20Sabia.pdf. Acesso em: 11 jun. 2026.

PEREIRA , Vilmar Alves; DOS SANTOS BRANDALIZE, Marisete; GROSKO, Simone; DE OLIVEIRA, Irene Carniatto; ZITKOSKI, Jaime José; CORBARI, Fábio; ZONIN, Wilson João. EXTENSÃO, EDUCAÇÃO POPULAR E AGROECOLOGIA NA AGRICULTURA FAMILIAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ESTUDANTES E DOCENTES DA PÓS-GRADUAÇÃO. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo (SP), v. 17, n. 7, p. e03479, 2023. DOI: 10.24857/rgsa.v17n7-008. Disponível em: <https://rgsa.openaccesspublications.org/rgsa/article/view/3479>. Acesso em: 11 jun. 2026.

RICHART, Jenelly Maria et al. GÊNERO, GESTÃO E SUSTENTABILIDADE NO CAMPO: APLICAÇÃO DA METODOLOGIA MADERUS EM PROPRIEDADES RURAIS DO OESTE PARANAENSE. **Veredas do Direito**, [S. l.], v. 23, n. 9, p. e236991, 2026. DOI: 10.18623/rvd.v23.6991. Disponível em:

<https://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/6991>.

Acesso em: 10 jun. 2026.

SANTOS, M. J. Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 225-238, 2001.

SOUZA, M. (Org.). **Turismo rural: fundamentos e reflexões**. Porto Alegre: UFRGS, 2019.

STRASSBURGER, N. C.; BECKER, M.; FONTANA, R. F.; COLTRE, S. M. Turismo rural: uma reflexão a partir de diferentes olhares. In: RIBEIRO, J. C. (Org.). **Avanços científicos e tecnológicos nas Ciências Agrárias 4**. Ponta Grossa-PR: Atena, 2020, p. 228-239. (E-book)

TULIK, O. **Turismo Rural**. 2 ed. São Paulo: Aleph, 2004.

WANDSCHEER, E. A. R.; TEIXEIRA, A. R. Novas ruralidades: demandas e potencialidades. In: SANTOS, E. O.; SOUZA, M. (Orgs.) **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri: Manole, 2010, p. 47-58.

WEIRICH, Samuel Felipe; LUNKES, Bruna Michele Weirich; NERES, Marcela Abbado; HANSEL, Tiago Fernando; AHLERT, Alvorj; OLIVEIRA, Irene Carniatto de. A (DES)CARACTERIZAÇÃO DO SEGURADO ESPECIAL RURÍCOLA: ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO TRF-4. **Veredas do Direito**, [S. l.], v. 23, n. 5, p. e235468, 2026. DOI: 10.18623/rvd.v23.5468. Disponível em:

<https://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/5468>.

Acesso em: 10 jun. 2026.

ZIMMER, P.; GRASSMANN, S. **Avaliar o potencial turístico de um território**. Observatório Europeu Leader. Estremadura, Espanha,

2004.

ZONIN, Valdecir José; ZONIN, Wilson João; ZONIN, Carina Dartora. Extensão universitária transformadora: um caminho dialógico e sem fronteiras. In: LISOVSKI, Lisandra Almeida; MACIEL, Marcela Alvares; RIBEIRO, Roberto Carlos; PAIM, Robson Olivino (org.). **Curricularização da extensão: debates e trajetórias no ensino superior.** [S. l.]: Even3 Publicações, 2021. p. 47-XX. Disponível em: <https://static.even3.com/even3publicacoes-assets/book/537687-curricularizacao-da-extensao-376875.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2026.

ZONIN, Wilson João et al. A interdisciplinaridade no PPGDRS e no seminário internacional de pós-graduação em desenvolvimento rural sustentável. In: ZONIN, Wilson João; NEUKIRCHEN, Leandro. **Interdisciplinaridade sem fronteiras: águas, alimentos, saberes, inclusão social e produtiva nos territórios rurais da América Latina.** Curitiba: CRV, 2020. p. 15-36.

ZONIN, W. J.; MATTIA, V.; SANTOS, N. C. dos; CARNIATTO, I. (org.). **50 anos de Estocolmo-72, 30 anos da Rio-92, 10 anos do PPGDRS: uma análise sobre o III Seminário Internacional de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável.** Curitiba: CRV, 2023.

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Mestranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

³ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁴ Mestrando no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁵ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁶ Mestrando no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁷ Doutorando e Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁸ Coordenador e Docente Permanente no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)